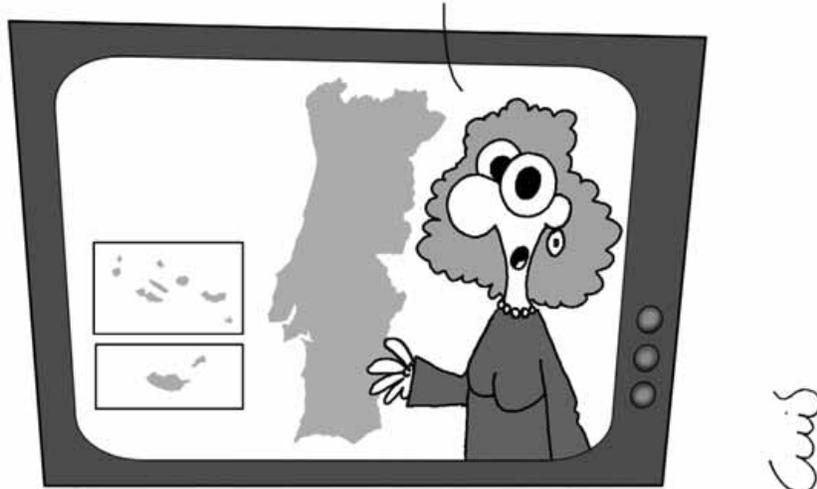


AS PREVISÕES POLÍTICAS PARA AGOSTO APONTAM PARA BOM TEMPO, ÓPTIMO PARA FÉRIAS NA PRAIA, HAVENDO APENAS A HABITUAL OCORRÊNCIA DE TROVOADAS NA MADEIRA. NO FINAL DO MÊS SURTIRÁ PROVAVELMENTE UMA FORTE VENTANIA COM RAJADAS DE TODOS OS QUADRANTES.



Manipulações

O clima de relativização e de branqueamento do passado da ditadura faz parte do caldo de cultura que se criou em Portugal e que leva à rejeição da política e à desvalorização do valor único da política como essência vital da vida democrática. Um clima que assume contornos terríveis e perigosos na comunicação social e que esta semana escolheu como vítima Manuel Alegre

Os deputados têm nas mãos a decisão sobre um assunto de importância maior: a apreciação sobre a petição entregue esta semana na Assembleia da República pelo movimento cívico Não Apaguem a Memória. O objectivo é a assunção pelo poder político da necessidade de deliberar sobre a criação de espaços museológicos e de outras formas de preservação, estudo e divulgação da história da repressão do Estado Novo.

É triste que só três décadas após o 25 de Abril tal movimento surja. É ainda mais triste que este movimento nasça em reacção ao facto de o edifício onde funcionou, durante décadas, a sede nacional da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, ter sido transformado em condomínio de luxo. Mas esta transformação em condomínio de luxo de um lugar que simboliza a repressão e a tortura exercida pela polícia política fascista é realmente ela mesma o símbolo do estado a que chegou o desleixo, o branqueamento e a manipulação a que, nos últimos anos, tem sido sujeita a história do regime fascista em Portugal. Por isso a importância do que os deputados venham a decidir com base na petição que agora entrou na Assembleia.

Não basta dizer que é preciso criar um museu ou até legislar para que se crie um museu. O problema é mais profundo do que a criação de um museu, ou de um museu e um centro de documentação, mais espaços museológicos vários, memoriais, etc. É claro que a criação destes espaços físicos e simbólicos de preservação da memória são fundamentais e é grave que não existam. É grave que o Forte de Peniche, onde até há um museu sobre a prisão política, esteja no abandono que está. É grave que no Tribunal da Boa-Hora não haja nada que lembre os julgamentos plenários, é grave que o Aljube não tenha nenhuma recordação simbólica dos "curros". Às vezes, há pequenos gestos que quase não custam dinheiro, mas que fazem toda a diferença, como, por exemplo, a lápide que, na Rua Dias Coelho, recorda quem lá foi morto e por quem.

Há toda uma questão de atitude que é

SÃO JOSÉ ALMEIDA

preciso recuperar, alterar, até inverter. Daí a responsabilidade que recai sobre os deputados que terão de decidir que futuro e uso vão dar à missão que um grupo de seis mil cidadãos lhes coloca agora em mãos. A tarefa é enorme, ciclópica. E as resistências brutais. Até pela mentalidade amorfa, acrítica, manipulável e manipulada, que se desenvolveu em Portugal e que é responsável pelo branqueamento que é feito, por exemplo, por muita da opinião publicada, acerca do regime político que se chamou a si mesmo Estado Novo e que se insere claramente nos regimes fascistas do século XX – polícia política que pratica habitualmente a prisão, a tortura e que também foi responsável por mortes, ausência de liberdade de expressão e de imprensa, censura, ausência de liberdades civis, ausência de pluralismo político, ausência de eleições democráticas, regime de partido único, manutenção de uma guerra colonial, um sistema social e legal racista – e que muitos acham interessante considerar agora com um mero regime autoritário e não totalitário.

É o laxismo perante a própria história, é o apagamento da memória colectiva, é o branqueamento das responsabilidades e dos reais contornos de terror e opressão, que consubstanciam o relativismo perante as responsabilidades não só em relação ao passado, mas também em relação ao presente. Ou seja, é a noção exacta do que representou a ditadura fascista de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano que dá o real valor e a real dimensão da importância única, insubstituível da democracia.

Ora, o clima de relativização e de branqueamento do passado da ditadura faz parte do caldo de cultura que se criou em Portugal e que leva à rejeição da política e à desvalorização do valor único da política como essência vital da vida democrática. Um clima que assume contornos terríveis e perigosos na comunicação social e que esta semana escolheu como vítima Manuel Alegre. A boçalidade perante as figuras

públicas, o desprezo pela política e pelo que esta significa como essência da democracia, a ignorância atrevida e facilmente manipulável, a presunção do justicialismo, o deslumbre com o poder dos *media*, tudo isto, provavelmente a par de enormes doses de má-fé e irresponsabilidade, esteve na origem da perversa e difamatória notícia sobre a reforma de Manuel Alegre, que foi reproduzida pavlovianamente na generalidade da comunicação social, sem que os jornalistas parassem para pensar na alarvidade que estavam a reproduzir, quais papagaios idiotas.

É este clima de relativização absoluta da história e da política que abre caminho às maiores manipulações populistas e demagógicas, que põe em causa a própria democracia. Um clima em que é normal meia dúzia de jornalistas acharem que podem reproduzir a notícia completamente descontextualizada sobre o direito universal à reforma de todos os cidadãos em Portugal. E, quais burros que comem a palha que lhes põem à frente, desatam a proceder a um assassinato de carácter, com base na presunção de que o político é sempre um vigarista, que o político é sempre alguém que está na política para "se encher". E nem sequer pensam que a mulher ou o homem que se dedica à vida política é gente como todos os outros, com os mesmos direitos de todos os cidadãos, logo com direito a uma carreira contributiva e à respectiva reforma. Para muitos dos ignorantes e presunçosos jornalistas portugueses, que têm uma espécie de Salazar dentro da cabeça, o político é sempre um criminoso, que não tem direito a nada.

É este clima de desvalorização da política que devia preocupar os deputados e as elites políticas em geral, os quais, para além do longo e difícil caminho da reabilitação da vida político-partidária perante os cidadãos, deviam começar a valorizar a política, reabilitando a história e a sua memória, como modo de dignificar a democracia a até de a preservar. ■

P.S. – Esta página volta a ser publicada a 9 de Setembro.

Sobe e desce



João Cravinho
Deputado

Quando, há uma década, tutelou a poderosa pasta das Obras Públicas, João Cravinho ficou na história como o ministro que teve o desassombro de fazer uma sindicância à Junta Autónoma das Estradas e de, na sua sequência, desmantelar este polvo. Desde então, o deputado tem levantado, por várias vezes, a bandeira do combate à corrupção. Esta semana, agiu em consequência, mais uma vez. Apresentou um conjunto importante de propostas, sob a forma de três projectos de lei. Apareceu sozinho a dar a cara pelas suas propostas. Ficamos à espera que o PS tenha a sensatez de fazer sua esta batalha de Cravinho.



Mário Soares
Ex-presidente da República

Mário Soares mostrou que continua politicamente vivo e que não perdeu argúcia nem acutilância. Em declarações ao La Vanguardia, o ex-Presidente da República não hesitou em afirmar a necessidade de a União Europeia ter uma posição clara e activa na resolução da guerra no Líbano.



Marques Mendes
Ex-presidente do PSD

Marques Mendes protagonizou esta semana uma das mais atrozes cavalgadas do populismo e da demagogia a que foi possível assistir nos últimos meses em Portugal. A propósito da história de alguma comunicação social com a reforma de Manuel Alegre, Medes apareceu à frente dos microfones a afirmar que o caso teria de ser investigado para se apurar se havia irregularidades. Em que irregularidades estaria Mendes a pensar? Por acaso ele próprio e todos os outros 74 deputados do PSD não fazem descontos mensais para a segurança social e não vão um dia auferir de uma pensão de reforma paga pela Caixa Geral de Aposentações? Valhano um pouco de seriedade na política.



António Costa
Ministro da Administração Interna

António Costa teve uma semana polémica. Não só autorizou o altamente questionável afastamento de dois dirigentes sindicais da polícia, por alegados crimes cometidos, que mais não foram do que o exercício normal da liberdade de expressão, permitida pela lei geral e reforçada pelas leis sindicais, como acabou por ser confrontado com a revelação de que, enquanto líder parlamentar, terá andado a conversar sobre o processo Casa Pia e o eventual envolvimento que nele teria Paulo Pedroso e Ferro Rodrigues. S.J.A.